



REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES RURAIS

Thayse Ana Ferreira

Universidade Estadual do Paraná – Unioeste – PR

Sandra Mara Stocker

Universidade Estadual do Paraná – Unioeste – PR

RESUMO

Para estimular o desenvolvimento sustentável é indispensável compreender como este processo vem sendo realizado. Esta pesquisa busca realizar um levantamento dos estudos publicados nos últimos 10 anos sobre desenvolvimento sustentável em comunidades rurais, de modo a evidenciar como a discussão sobre este tema vem sendo tratada e qual a atual situação do desenvolvimento sustentável nestas comunidades. A pesquisa é bibliográfica e exploratória. A busca dos artigos foi feita em revistas nacionais e enquadradas no sistema de classificação Qualis A1 à B3 na área de avaliação “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo” da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e que abordam o desenvolvimento sustentável ou meio ambiente em seu foco e escopo. Pode-se perceber que os municípios e seus entornos se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento sustentável e que, o ambiente rural, atualmente, se mostra complexo e multifuncional, sendo que cada tipo de comunidade apresenta aspectos sociais, ambientais e econômicos próprios, em decorrência das diferentes atividades econômicas desenvolvidas e da estrutura social e política. Torna-se evidente a necessidade de estudar cada uma destas comunidades no momento de se estabelecer políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, pois cada uma apresenta um contexto e realidade diferente.

Palavras-chave: Sustentabilidade; comunidades rurais; revisão sistemática.

*Autor para correspondência / Author for correspondence / Autor para la correspondencia:

Thayse Ana Ferreira - thayse_ana@yahoo.com

Data do recebimento do artigo (received): 08/05/2018

Data do aceite de publicação (accepted): 03/04/2022

Desk Review

Double BlindReview

SYSTEMATIC REVIEW OF LITERATURE ON SUSTAINABILITY IN RURAL COMMUNITIES

ABSTRACT

In order to stimulate sustainable development it is indispensable to understand how this process has been carried out. This research seeks to realize a survey of the studies published in the last 10 years on sustainable development in rural communities, to highlight how the discussion on this theme has been addressed and what the current situation of sustainable development in these communities. The research is bibliographical and exploratory. The search for the articles was done in national journals and classified in the Qualis A1 to B3 classification system in the "Public Administration and Business, Accounting and Tourism" evaluation area of Capes (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel), approach to sustainable development or the environment in its focus and scope. It can be seen that the municipalities and their environments are at different levels of sustainable development and that the rural environment is currently complex and multifunctional, and each type of community has its own social, environmental and economic aspects, due to the different economic activities and social and political structure. It became evident the need to study each of these communities when establishing public policies focused on sustainable development, since each presents a different context and reality.

Key-words: Sustainability. Rural communities. Systematic review.

REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE SOSTENIBILIDAD EN COMUNIDADES RURALES

RESUMEN

Para estimular el desarrollo sostenible es indispensable comprender cómo se está realizando este proceso. Esta investigación busca realizar un levantamiento de los estudios publicados en los últimos 10 años sobre desarrollo sostenible en comunidades rurales, de modo a evidenciar cómo la discusión sobre este tema está siendo tratada y cuál es la actual situación del desarrollo sostenible en estas comunidades. La investigación es bibliográfica y exploratoria. La búsqueda de los artículos fue hecha en revistas nacionales y encuadradas en el sistema de

clasificación Qualis A1 a B3 en el área de evaluación "Administración Pública y de Empresas, Ciencias Contables y Turismo" de la Capes (Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior), y que abordan el desarrollo sostenible o el medio ambiente en su enfoque y alcance. Se puede percibir que los municipios y sus entornos se encuentran en diferentes niveles de desarrollo sostenible y que el ambiente rural, actualmente, se muestra complejo y multifuncional, siendo que cada tipo de comunidad presenta aspectos sociales, ambientales y económicos propios, en consecuencia de las diferentes actividades económicas desarrolladas y de la estructura social y política. Se hace evidente la necesidad de estudiar cada una de estas comunidades en el momento de establecer políticas públicas orientadas hacia el desarrollo sostenible, pues cada una presenta un contexto y una realidad diferente.

Palabras clave: Sostenibilidad. Comunidades rurales. Revisión sistemática.

1. INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um processo de modernização da agricultura, que passou a ser de grande escala e a exigir menos mão-de-obra. A partir dos anos 1970, passou-se a focar no desenvolvimento rural, que, em um primeiro momento, foi moldado pela Revolução Verde, um amplo programa estratégico que visou implantar um padrão tecnológico para aumentar a produção agrícola e a produtividade em países pouco desenvolvidos (Gabriel, 2014).

No entanto, o uso destas tecnologias e a intervenção direta do ser humano nos diferentes ecossistemas do planeta acarretou em problemas ambientais, causando degradação dos *habitats* e comprometendo a qualidade de vida dos moradores das áreas afetadas. Assim, a discussão acerca dos limites aceitáveis para o desenvolvimento começou a se destacar nos debates internacionais (Abrantes, 2015).

Neste contexto, iniciou-se a busca por desenvolvimento rural que esteja em harmonia com o meio ambiente e propicie a geração de benefícios não somente

ambientais, mas também sociais e econômicos (Dri, 2016). A possibilidade de adaptação aos diferentes processos de produção e o grande número de fontes de renda que podem ser explorados no ambiente rural, vem agregando as discussões a respeito da importância da sustentabilidade (Gabriel, 2014).

Deste modo, considerando a complexidade dos aspectos ambientais e socioculturais que envolvem a problemática do desenvolvimento rural sustentável, é fundamental a realização de estudos que foquem este tema, visando trazer benefícios para o meio ambiente e para as pessoas que vivem nestas comunidades (Gabriel, 2014; Dri, 2016), que, ao mesmo tempo que apresentam os problemas relacionados ao espaço rural, também demandam por questões que costumam ser retratadas quando se fala do espaço urbano (Alves & Macêdo, 2016), como descarte adequado dos resíduos sólidos, mobilidade e saneamento básico.

Além disso, as áreas rurais estão cada vez mais integradas ao espaço urbano, de modo que, em alguns casos, passa a ser incorporada na dinâmica metropolitana (Machado, 2012). No caso dos distritos municipais, há espaços com estabelecimentos agrícolas que se caracterizam como comunidades rurais e a sede do distrito, comumente chamada de "vila", é considerada como uma área urbana (Montes & Soares, 2006).

Para se estimular o desenvolvimento sustentável é indispensável compreender o processo em si, analisando seus vários aspectos, e compreendendo também, como as pequenas comunidades rurais percebem o desenvolvimento (Araújo, 2011). Deste modo, esta pesquisa busca realizar um levantamento dos estudos publicados nos últimos 10 anos sobre desenvolvimento rural sustentável em pequenas comunidades rurais, de modo a evidenciar como a discussão sobre este tema vem sendo tratada e qual a atual situação do desenvolvimento sustentável nestas comunidades.

Este artigo está dividido em introdução, referencial teórico – onde aborda-se o desenvolvimento sustentável e o novo contexto do ambiente rural – metodologia, discussão dos resultados e considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Desenvolvimento Sustentável

A preocupação com o impacto ambiental partiu primeiramente da esfera pública, durante a década de 70, em seguida, o setor empresarial começou a ser pressionado a realizar alterações no processo produtivo a fim de diminuir a poluição gerada e, na década de 90, os consumidores começaram a se conscientizar sobre as consequências ambientais do estilo de vida consumista Abrantes (2015). Aos poucos, passou-se a atentar para as consequências decorrentes do desenvolvimento da sociedade, que impactam na qualidade de vida das pessoas e colaboram para a escassez dos recursos naturais (Andrade & Ferreira, 2015).

O desenvolvimento sustentável ficou definido como sendo “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (Deus *et al.*, 2017, p. 67). No entanto, mesmo após décadas de debate, ainda se percebe que as medidas para combater a pobreza e a desigualdade são insuficientes, além disso, mantem-se o desafio de buscar constantemente mais eficiência na utilização dos recursos naturais e de conscientizar cada vez mais a sociedade sobre a necessidade de preservar o meio ambiente (Guimarães & Fontoura, 2012).

2.2. Configuração do Espaço Rural na Atualidade

O meio rural é formado por estabelecimentos agrícolas ou “agroecossistemas”, os quais fazem parte de um conjunto mais vasto, sendo uma comunidade ou sistema agrário, que, por sua vez, está inserido em um componente maior, que é a região ou unidade política (Resque *et al.*, 2015).

As comunidades rurais, se referem à grupos de pessoas que habitam áreas consideradas rurais e estão organizados de forma que há laços de convivência entre eles (Venâncio & Pessôa, 2008). De acordo com Pinto (2003, p. 29) “o município [...] é formado pelo distrito-sede, onde acha-se localizada a cidade, [...] e; também, pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente, o nome de vila. Percebe-se assim, que o distrito é tratado pelo autor como parte do meio rural. Porém, na pesquisa de Gomes *et al.* (2015), os autores constaram que os moradores de alguns distritos se consideram moradores da área urbana, devido ao fato de que grande maioria deles utiliza o transporte público municipal para ir até cidade trabalhar em funções características da zona urbana.

Ao analisar o espaço rural em relação ao desenvolvimento sustentável, é necessário partir do pressuposto de que o espaço rural demonstra novas práticas sociais e econômicas, o que torna o ambiente rural multifuncional e mais integrado com o ambiente urbano, de modo que, atualmente, existe um novo e distinto espaço rural, que é resultado da interposição do rural com o urbano (Machado, 2012). Assim, o desenvolvimento rural passou a ser visto como um processo multidimensional, envolvendo mudanças nos sistemas sociais e econômicos e na busca por melhores práticas ambientais, a fim de se alcançar o desenvolvimento sustentável (Silva, 2014), visando também a melhoria na qualidade de vida das pessoas que moram nas comunidades rurais (Azevedo & Netto, 2015).

Surgiram duas formas diferentes de reorganização do espaço rural, uma delas foi a permanência do modelo produtivista e a outra foi a multifuncionalidade, onde deixou-se de focar unicamente na agropecuária, buscando formas diferentes de renda e mantendo interações mais frequentes com o espaço urbano (Machado, 2012). Assim, uma nova ruralidade surgiu, tendo como foco as relações sociais, a função das instituições e a interação entre o ambiente urbano e rural, estabelecendo uma multifuncionalidade do espaço (Oliveira, 2014).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica e exploratória. A pesquisa bibliográfica costuma envolver a busca de trabalhos acadêmicos utilizando-se de livros, artigos científicos, dissertações e teses, a fim de abordar a produção teórica existente e pesquisas com focos semelhantes (Lakatos & Marconi, 2003). A pesquisa exploratória, de acordo com Kauart *et al.* (2010), possibilita maior familiaridade com o tema pesquisado, tornando-o mais explícito.

O estudo trata-se de revisão sistemática de literatura sobre o desenvolvimento rural sustentável em pequenas comunidades rurais que fazem parte do entorno dos municípios. A busca dividiu-se em duas partes: primeiramente foi estabelecido em quais revistas os artigos seriam pesquisados, para então, em um segundo momento realizar as buscas.

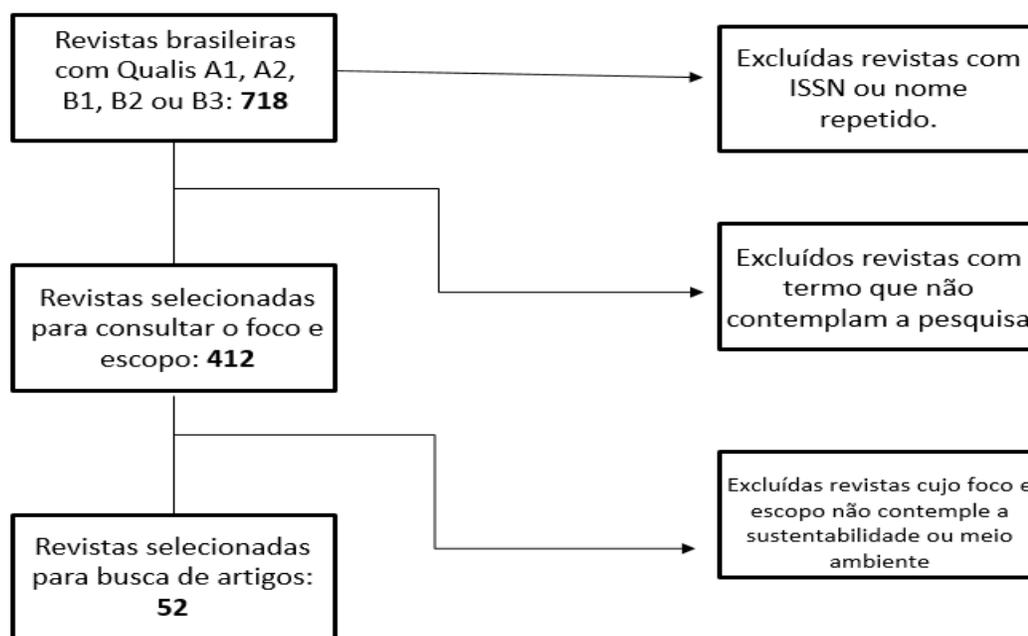
Os critérios de escolha da revista a ser pesquisada foi: ser nacional; ter enquadramento no sistema de classificação *Qualis* A1, A2, B1, B2 ou B3 na área de avaliação "Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo" da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); e abordar a sustentabilidade/desenvolvimento sustentável ou meio ambiente em seu foco e escopo ou em sua nuvem de palavras-chaves - que algumas revistas apresentam em seu site. Para tornar possível a exclusão das revistas que não se enquadram nestes critérios, primeiro, foi gerando um relatório no Sistema Sucupira, de todas as revistas que apresentam *Qualis* na área de avaliação, em seguida, excluiu-se aquelas com *Qualis* B4, B5 e C e aquelas cujo nome ou ISSN estavam repetidos.

A seguir, foram excluídas as revistas cujo nome indicava que seu foco não abordava o tema abordado na presente pesquisa. Assim, foram excluídas as revistas que apresentavam os seguintes termos em seu nome: enfermagem, cirurgia, clínica, reumatologia, terapia, saúde, médica, medicina, motricidade, odontologia, direito, segurança, tributário, tribunais, geografia, geográfica/o, turismo, turístico, filosofia, teológica/o, biologia, geociência, química, cartografia, história, matemática, educação, educar, educativa, educacional, biblioteconomia, museologia, paleontologia, criminalista, zoologia, zootecnia, veterinária,

engenharia, religião, psicologia, psicológica/o, psicanalise, psiquiatria, docência, operacional, transporte, artes, música, cinema, secretariado, empreendedorismo, logística, indústria, produção, biomecânica, biometria, sistema de informação, computação, marketing, carreira, viticultura.

Desse modo, restaram 412 revistas, e então, foi visitado o site de cada uma delas e analisado seu foco e escopo, sua política de seção e, quando disponível, sua nuvem de palavras-chaves, finalizando com 52 revistas que se encaixaram em todos os critérios estabelecidos. Na Figura 1 são apresentadas as etapas da seleção das revistas.

Figura 1 - Etapas da seleção das revistas



Fonte: Dados da pesquisa.

Foram utilizados seis termos de busca nas revistas: cidade sustentável; desenvolvimento local sustentável; sustentabilidade rural; pequena comunidade, distrito e meio ambiente. Também foi usado o critério de ter sido publicado entre os anos de 2007 e 2017. Buscou-se escolher os artigos que abordassem o desenvolvimento sustentável em nível de localidade (vila, bairro, comunidade, assentamento, etc.). Assim, foram excluídos os artigos com foco em estudos no

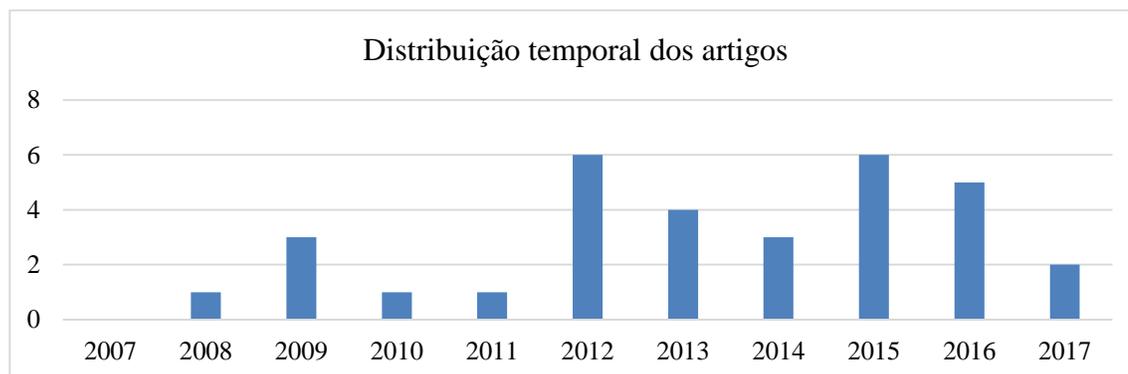
âmbito empresarial; estudos focados em um setor (turismo, educação, etc.) e estudos focados em aspectos específicos da agricultura (produção de leite, plantio de grãos, estudos de casos em propriedades rurais). Foram selecionados inicialmente 89 artigos nas 52 revistas pesquisadas. Após leitura do resumo, da metodologia e das conclusões, filtrou-se os artigos, de modo a finalizar em 32 artigos para revisão sistemática, os quais foram classificados em categorias para a análise e discussão: sustentabilidade urbana; desenvolvimento local sustentável; desenvolvimento rural sustentável e políticas públicas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Alguns dos artigos selecionados para a revisão sistemática abordam a sustentabilidade em localidades com diferentes características, como assentamentos (Pereira & Teodósio, 2009; Santos, 2013; Silva & Vieira, 2016), quilombos (Andrade *et al.*, 2015), distrito (Jesus *et al.*, 2015) e comunidade rural (Bezerra *et al.*, 2009; Oliveira *et al.*, 2012; Nascimento & Bursztyn, 2012), os quais são discutidos posteriormente.

A distribuição temporal dos artigos selecionados é apresentada no Figura 2.

Figura 2 - Ano de publicação dos artigos selecionados



Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que o ano de publicação dos artigos é variado, destacando-se o fato de não ter tido publicação relacionada ao tema abordado no ano de 2010.

Quanto a metodologia dos artigos, a maioria é qualitativa, sendo que muitos realizaram estudos de caso em comunidades, ou então, pesquisa documental e entrevistas. A abordagem quantitativa foi usada em 24% dos artigos, a qualitativa em 47% e mista em 29%.

Para realizar a análise dos 32 artigos selecionados para a revisão sistemática, estes foram divididos em 4 categorias, considerando o tema central da estudo. Os artigos da categoria “Sustentabilidade urbana” focam no estudo em âmbito municipal, abordando mais aspectos relacionados a realidade urbana, mas sem deixar de levantar algumas questões presentes no meio rural. A categoria denominada de “Desenvolvimento local sustentável” aborda trabalhos que se enquadraram em localidades menores e na dinâmica territorial entre a área rural e urbana, enquanto que a categoria “Desenvolvimento rural sustentável” focou nos artigos voltados para a agricultura, voltando-se exclusivamente para o meio rural. A categoria “Políticas públicas” concentra tanto o âmbito dos municípios quanto em comunidades rurais.

4.1. Sustentabilidade Urbana

Nesta categoria foram analisados 9 artigos, que trataram de aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, como o consumo sustentável e desigualdade social, abrangendo um município ou cidade. O Quadro 1 apresenta os autores e os títulos dos artigos apresentados nesta categoria.

Os artigos desta categoria abordam a realidade específica de um município ou cidade. Na cidade de Campina Grande-PB, Mendes *et al.*, 2016 analisaram a percepção e os hábitos relacionados ao consumo sustentável, chegando ao resultado de que os consumidores desta cidades se preocupam com os problemas do meio ambiente e com os impactos que isto traz a sua saúde e admitem que é necessário mudar o comportamento da sociedade para minimizar esses problemas. No entanto, as práticas cotidianas de consumo sustentáveis ainda não são adotados pelo indivíduos investigados, sendo assim, importante promover incentivos que possibilitem mudar estes comportamentos de consumo.

Quadro 1 – Artigos selecionados na categoria Sustentabilidade Urbana

Autores	Título
Mendes <i>et al.</i> (2016)	Consumo e sustentabilidade: um levantamento das práticas cotidianas de consumidores na cidade de Campina Grande-PB
Januário & Macedo (2014)	Estudo do comportamento ambiental da população de Wenceslau Braz-PR em relação aos resíduos sólidos urbanos
Rissato <i>et al.</i> (2007)	A gestão de resíduos sólidos urbanos: um relato sobre a experiência do município de Cascavel no período de 1990 a 2007
Oliveira & Rodrigues (2017)	Sistema de coleta de resíduos orgânicos em nível comunitário em um país em desenvolvimento: estudo de caso em Florianópolis, Brasil
Oliveira <i>et al.</i> (2012)	Mobilidade urbana e desigualdade social: um estudo dos deslocamentos na cidade de Santarém-PA
Barbosa <i>et al.</i> (2013)	Práticas socioambientais nas empresas do Município de Sousa, PB: contribuições ao desenvolvimento local sustentável
Macedo <i>et al.</i> (2016)	Avaliação da sustentabilidade dos municípios do estado de Mato Grosso mediante o emprego do IDSM – Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios.
Vasconcelos & Cândido (2012)	Índice de desenvolvimento sustentável municipal participativo: uma aplicação no município de Cabaceira
(Aamorim <i>et al.</i> (2016)	Índice de sustentabilidade do município de Barra do Choça-BA

Fonte: Dados da pesquisa.

O estudo de Januário e Macedo (2014) avaliou a parceria entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná, *campus* de Bandeirantes/PR, e a Prefeitura Municipal de Wenceslau Braz/PR que permitiu a execução do projeto de extensão "Parceria Verde", que veio a contribuir com desenvolvimento sustentável nesta cidade por meio da coleta seletiva. Enquanto que o estudo de Rissato *et al.* (2007) avaliou o histórico do modelo adotado em Cascavel-PR para gestão de resíduos sólidos urbanos, onde verificou-se que a conscientização ambiental da comunidade é essencial para o aumento do volume coletado. No trabalho de Oliveira e Rodrigues (2007), foi realizado um estudo prévio junto à população para estabelecer uma rota e um horário de coleta considerado adequado pela a maioria, para então, desenvolver um sistema de coleta de resíduos orgânicos acessível aos membros do projeto "Revolução dos Baldinhos", situado no bairro Chico Mendes,

em Florianópolis, Brasil. Desse modo, foi possível desenvolver o projeto com baixo custo e alto grau de acessibilidade.

Na cidade de Santarém foi realizado um estudo associando a mobilidade a desigualdade social, onde pode-se verificar que o motivo dos deslocamentos da periferia em direção a área central da cidade e o meio de locomoção variam de acordo com a renda, sendo que os indivíduos mais pobres usam o transporte público, o que por um lado é favorável ao meio ambiente, mas afeta a produtividade destas pessoas e cria uma situação de segregação de classe (Oliveira *et al.*, 2012). Este tipo de estudo pode, futuramente, ser adaptado para o meio rural, analisando-se como ocorre o deslocamentos das pessoas da zona rural para a zona urbana e por qual motivo isto ocorre (trabalho, estudo, etc.)

No estudo de Barbosa *et al.*, 2013 verificou-se como as ações empresariais auxiliam no desenvolvimento local sustentável no município de Souza-PB. O resultado evidenciou que a estratégia ambiental adotada baseia-se nas exigências governamentais e não focam nos fatores sociais, de modo que sugeriu-se, entre outros aspectos, que as empresas desenvolvam parcerias com a comunidade local e com instituições de apoio visando desenvolver ações para promover a sustentabilidade. Neste estudo abordou-se empresas localizadas na área urbana, mas destaca-se que mais estudos neste sentido poderiam ser realizados com as agroindústrias localizadas geralmente nos entornos das cidades.

Os outros trabalhos que compõem esta categoria utilizaram índices para medir a sustentabilidade. No estudo Macedo *et al.*, 2016 buscou-se medir os índices em vários municípios do estado do Mato Grosso, onde foi possível apontar que a grande maioria destas localidades apresenta um índice baixo de sustentabilidade, o que é alarmante para o estado. No estudo de realizado no município de Cabaceiras o índice foi considerado aceitável, destacou-se a necessidade de desenvolver a dimensão econômica, relacionada a geração de emprego e melhora do setor industrial, e, também, a dimensão social atrelada a cultura, onde deve-se incentivar o esporte e a leitura (Vasconcelos & Cândido, 2012). Enquanto que o estudo feito em Barra do Choça-BA teve melhor índice na dimensão social, tendo também um resultado adequado na dimensão ambiental e

econômica, mostrando assim, que o município vem se pautando no desenvolvimento sustentável (Amorim *et al.*, 2016).

A partir das pesquisas apresentadas nesta categoria de análise, pode-se perceber que os municípios se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento sustentável e apresentam dificuldades em diferentes dimensões. Em relação aos aspectos sociais, percebe-se que o problema gira em torno da disponibilidade de emprego e de renda suficiente para anteder as necessidades da família, estes aspectos impactam em outras questões, como a mobilidade urbana e o consumo sustentável, que não é praticado por parte das pessoas devido ao custo mais elevado de alguns produtos ecologicamente corretos.

Estes estudos foram selecionados nesta categoria pelo fato de abordarem a realidade de um município, e portanto, inclui-se também o meio rural. Com relação aos trabalhos de Oliveira *et al.* (2012) e Barbosa *et al.* (2013), mesmo que estes tenham focado, respectivamente, os deslocamentos urbanos e as ações socioambientais da empresas que afetam positivamente seus *stakeholders*, percebe-se que estas pesquisas podem ser replicadas na zona rural.

4.2 . Desenvolvimento Local Sustentável

Esta categoria aborda pesquisas que focaram em localidades menores, como assentamentos e comunidades ribeirinhas e na dinâmica territorial entre a rural e urbano. Um estudo aprofundado foi realizado com as comunidades ribeirinhas da Amazônia usando-se o Sistema de Indicadores voltados para a descrição histórica, teórica e empírica de Cidadania, Desenvolvimento, Renda e Pobreza, a fim de demonstrar a situação em que as pessoas destas localidades vivem, com o propósito de auxiliar o poder público na implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável (Feijão & Rivas, 2011). Os autores e os títulos dos artigos desta categoria são expostos no Quadro 2.

Quadro 2 – Artigos selecionados na categoria Desenvolvimento local sustentável

Autores	Título
Feijão & Rivas (2011)	Análise comparativa entre indicadores de avaliação do desenvolvimento sustentável em comunidades ribeirinhas no estado do Amazonas
Vasconcelos <i>et al.</i> (2009)	Indicadores de sustentabilidade e suas influências no desenvolvimento local: uma aplicação em região produtora de mamona no estado da Bahia
Silva & Vieira (2016)	Barômetro da Sustentabilidade aplicado a assentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil
Vieira (2013)	Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial
Huertas (2013)	Fluidez territorial nas áreas de expansão da fronteira agrícola no período da globalização
Andrade <i>et al.</i> (2015)	Território e comunidades étnicas/locais: entre pressões de grandes empreendimentos e o acesso a políticas públicas
Santos (2013)	Atores sociais e gestão participativa em um território em movimento: o caso de Vitória do Xingu (PA)
Nascimento & Bursztyn (2012)	Análise de conflitos socioambientais: o caso da comunidade rural de rio maior, município de Urussanga, Santa Catarina
Pereira & Teodósio (2009)	Construção social do meio ambiente e da cidadania: um estudo de caso em um assentamento rural
Bezerra <i>et al.</i> (2009)	Qualidade de vida e percepção ambiental dos moradores de uma comunidade rural de Mossoró, RN
Oliveira <i>et al.</i> (2012)	Análise da satisfação dos moradores em relação à coleta de lixo na comunidade rural de Terra Nova do Piquiri - PR.

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se como resultado desta pesquisa, o alto nível de indignação, ou seja, de pessoas que não tem o suficiente para sobreviver adequadamente, sendo que o maior índice (35.29%) foi encontrado na comunidade de Bom Jesus.

A pesquisa de Vasconcelos, Andrade e Cândido (2009) buscou verificar qual o nível de sustentabilidade dos produtores de mamona e como estes influenciam o desenvolvimento local e o resultado mostrou uma situação crítica, onde praticamente não há práticas sustentáveis, pois muitas pessoas queimam ou

enterram o lixo e não tem esgotamento sanitário. Além disso, verifica-se alto índice de analfabetismo e grande discrepância na distribuição de renda.

O estudo de Silva e Vieira (2016) apresentou os quatro formatos de assentamentos rurais, conforme estabelecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): o Projeto de Assentamento, seguindo o formato convencional, o Projeto Agroextrativista, o Projeto de Assentamento Agroflorestal e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, sendo estes três considerados projetos ambientalmente diferenciados. O estudo verificou que somente o Projeto de Desenvolvimento Sustentável apresenta potencial de sustentabilidade na dimensão econômica e ambiental, mas verifica-se dificuldade em atingir a dimensão social.

O estudo de Vieira (2013) analisou as limitações do desenvolvimento territorial em relação ao agravamento da crise socioambiental contemporânea, onde foi possível apontar que a integração regional e a transformação do padrão de inter-relacionamento entre o Estado, os agentes econômicos e a sociedade civil são a base para possibilitar um desenvolvimento territorial sustentável. O estudo de Huertas (2013) analisa as novas fronteiras agrícolas e os fluxos de cargas de Manaus, Belém, Distrito Federal e Goiânia, demonstrando que as regiões buscam se manter interligadas para proporcionar a integração com o mercado nacional e desenvolvimento das localidades pertencentes a estas fronteiras.

Andrade *et al.*, (2015), realizaram uma pesquisa em territórios indígenas e quilombolas e de populações locais que possuem fronteiras ou em alguns casos sobreposições com unidades de conservação da Paraíba. Por meio de uma análise comparativa dessas experiências foram identificados conflitos de caráter socioambiental por disputas territoriais devido a implantação de empreendimentos privados, mas, ao mesmo tempo percebe-se uma aproximação destas comunidades em favor do desenvolvimento local sustentável e da conservação do meio ambiente.

A pesquisa de Santos (2013) aborda o conceito "território em movimento" - que se refere a transformação físico-territorial e da identidade de um território, analisando a opinião de uma comunidade sobre a construção de uma hidrelétrica.

Este estudo mostrou que a gestão da comunidade não se mostrou participativa, pois não levou verdadeiramente em consideração a opinião de seus moradores. Outro estudo abordou a gestão participativa em comunidades rurais, avaliando a opinião dos moradores quanto aos impactos ambientais ocasionados pela mineração de basalto e pela britagem e usinagem de asfalto, onde verificou-se uma divisão de opinião entre os moradores e destacou-se a importância do governo regulamentar e fiscalizar estas atividades (Nascimento & Bursztyn, 2012).

A pesquisa feita no assentamento Dom Orione, localizado na cidade de Betim - MG possibilitou observar que o meio ambiente não entra na pauta de luta social e política da comunidade, mesmo existindo problemas ambientais (Pereira & Teodósio, 2009). Já no estudo sobre a percepção ambiental de uma comunidade rural de Mossoró-RN a população considera o meio ambiente da localidade poluído e demonstra compreender que a participação individual é indispensável para tornar o meio ambiente mais saudável (Bezerra *et al.*, 2009).

Na pesquisa feita com moradores da comunidade rural de Terra Nova do Piquiri – PR em relação à coleta de lixo, verificou-se que apesar da coleta abranger a totalidade da comunidade, mais da metade da população desaprova o horário da coleta (Oliveira *et al.*, 2012). Deste modo, percebe-se que além da conscientização da comunidade, a gestão participativa junto aos órgãos governamentais também é imprescindível para alavancar a coleta de resíduos sólidos destinados a reciclagem.

As pesquisas abordadas nesta categoria demonstram como cada tipo de comunidade (assentamentos, quilombos, comunidades ribeirinhas, distritos municipais, etc.) apresenta aspectos sociais, ambientais e econômicos próprios, dependendo das atividades econômicas desenvolvidas e da estrutura social e política existente. De modo que se torna claro a existência de um ambiente rural mais complexo e multifuncional, conforme apontado por Machado (2012) e Silva (2014).

Além disso, foi possível perceber que a falta de gestão participativa afeta o desenvolvimento sustentável, principalmente no âmbito social, e que o ponto de partida para se alcançar o desenvolvimento sustentável é o estabelecimento de políticas públicas efetivas, a fim de criar as estruturas necessárias para que as ações

ambientais e sociais sejam realizadas, como por exemplo, ampliar o sistema de coleta de lixo para que chegue até a zona rural.

4.3. Desenvolvimento Rural Sustentável

Nesta categoria aborda-se os artigos que analisaram a sustentabilidade no ambiente rural. No Quadro 3 são apresentados os 5 artigos selecionados para a revisão sistemática que abordam especificamente esta temática.

Quadro 3 - Artigos selecionados na categoria Desenvolvimento rural sustentável

Autores	Título
Granziera & Saes (2014)	Um estudo da contribuição da agricultura multifuncional para o desenvolvimento rural sustentável
Jesus <i>et al.</i> (2015)	A agricultura itinerante no distrito de Bobonaro em Timor-Leste no período pós-independência
Silva <i>et al.</i> (2015)	Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino
Livatto <i>et al.</i> (2008)	A natureza na percepção dos agricultores familiares do município de Santa Cruz do Sul-RS, Brasil: algumas perspectivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável
Luca & Kubo (2015)	Meios de vida rurais sustentáveis em um contexto de agricultura de pouso associada à produção de carvão vegetal em comunidades rurais de Biguaçu/SC

Fonte: Dados da pesquisa.

O estudo de Graziera e Saes (2014) apresenta a agricultura de caráter multifuncional, onde o plantio de hortaliças é orgânico. Esta modalidade de agricultura apesar de ser benéfica para o meio ambiente, demonstra não remunerar adequadamente os agricultores, que se veem obrigados a vender pelo mesmo preço que os demais produtos para não perder demanda. Na pesquisa de Jesus *et al.* (2015) é abordada a agricultura itinerante usada no distrito de

Bobonaro em Timor-Leste. Neste tipo de agricultura a terra é explorada para o plantio sem rotação de cultivo, o que leva a perda dos nutrientes presentes na terra, isto faz com que os moradores abandonem a área em poucos anos e busquem um novo local para o plantio, o qual geralmente é desmatado para servir a este propósito. Esta pesquisa evidencia o quanto este tipo de agricultura é prejudicial para meio ambiente e para os agricultores.

A pesquisa de Silva *et al.* (2015) abordou a pluriatividade presentes em comunidades rurais do semiárido nordestino e sua interferência na sustentabilidade. Pode-se verificar que a pluriatividade é fundamental para o desenvolvimento sustentável, mas não deve ser considerada a solução para todos os problemas da zona rural do nordeste. O contato das atividades rurais com o meio ambiente foi ponto de partida para investigar a percepção ambiental de dois grupos de agricultores do Município de Santa Cruz do Sul, RS, um vinculado à Feira Rural e outro ao Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia. Este estudo mostrou que há preservação de áreas nativas e destacou a importância das instituições não-governamentais estimularem novas perspectivas para o desenvolvimento regional sustentável (Lovatto *et al.*, 2008).

O trabalho de Luca e Kubo (2015) analisou a sustentabilidade de famílias de agricultores usando como base aspectos financeiros, sociais, ambientais e culturais. Verificou-se que as famílias têm acesso aos recursos primordiais a sua sobrevivência, sendo necessário reforçar o ativo cultural já pertencente as pessoas que vivem neste ambiente, que se auto denominam "colonos" e demonstram ter costumes semelhantes e próprios de sua realidade.

A agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas desenvolvidas na área rural do Brasil, e portanto, precisam ser desenvolvidas de forma que respeitem o meio ambiente. Para que isto ocorra é necessário que a esfera pública fiscalize estas atividades de maneira efetiva. Além disso, também é preciso criar incentivos para que os agricultores passem a ter hábitos mais sustentáveis, como por exemplo, o uso dos biodigestores para tratar os resíduos sólidos provenientes da criação de animais e das pessoas que vivem na

propriedade, além de incentivar o armazenamento da água da chuva para uso posterior, entre outras práticas possíveis de serem implantadas.

4.4. Políticas Públicas

Nesta categoria foram analisados os artigos que focam políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. O título e os autores dos artigos abordados nesta categoria estão expostos no Quadro 4.

Quadro 4 – Artigos selecionados na categoria Políticas públicas

Autores	Título
Leandro <i>et al.</i> (2015)	O futuro da gestão socioambiental: uma análise crítica sobre a crise ambiental brasileira
Pereira <i>et al.</i> (2015)	Transferência de gestão da irrigação: um estudo no perímetro irrigado de São Gonçalo/PB
Vanin (2012)	O município ambientalmente sustentável: a responsabilidade dos governos locais na formulação e implementação de políticas públicas de planejamento da ocupação urbana
Pereira & Curi (2012)	Meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento sustentável: conceituações teóricas sobre o despertar da consciência ambiental
Silva (2016)	Reflexões acerca da “crise ambiental”: possibilidades de novas orientações para as políticas públicas ambientais
Feitosa <i>et al.</i> (2013)	Pegada ecológica municipal: uma análise da (in)sustentabilidade ambiental dos municípios de João Pessoa e Campina Grande
Padilha & Verschoore (2013)	<i>Green governance</i> : a proposição de construtos de governança coletiva para o desenvolvimento sustentável local

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar dos esforços do governo brasileiro, as políticas públicas voltadas à promoção da gestão ambiental, ainda encontram diversas barreiras na perspectiva socioambiental, sendo uma delas a visão de que o meio ambiente é somente um recurso estratégico usado na produção de bens de consumo. Essa visão faz com que parte do setor privado não dê a importância devida aos recursos naturais, por

isso, muitas empresas fazem apenas o necessário para estarem de acordo com a legislação (Leandro *et al.*, 2015).

O governo local precisa atuar como promotor, associando suas ações com os demais entes federativos e com a população, inserindo-se no contexto competitivo global, conforme pesquisa realizada por Vanin (2012) acerca da responsabilidade dos governos locais em relação aos aspectos ambientais do espaço urbano. É necessário promover a inclusão dos atores envolvidos, bem como sua capacitação, conforme verificado na pesquisa realizada por Pereira *et al.* (2015) no Perímetro Irrigado de São Gonçalo/PB.

Observa-se que as políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável vem se mostrando cada vez mais presentes na sociedade, porém, ainda se faz necessário que o bem estar social se sobreponha ao interesse político (Pereira & Curi, 2012). Criar condições favoráveis para discussão da responsabilidade ambiental dos países também é importante para alcançar uma sociedade sustentável, pois deve-se colocar limites na relação entre sociedade e natureza, pautando-se em uma nova governança ambiental (Silva, 2016).

No estudo feito com os municípios de Campina Grande e João Pessoa constatou-se que ambos apresentaram *déficits* ecológicos e são ambientalmente insustentáveis, sendo urgente o estabelecimento de políticas públicas para reverter esta situação (Feitosa *et al.*, 2013). Enquanto que o estudo realizado em Lourenço do Sul, Gravataí, Ijuí e Vacaria localizado no Rio Grande Sul apontou cinco construtos (objetivos comuns, envolvimento, normas, recursos e comunicação) para possibilitar o aprimoramento da metodologia apresentada na Agenda 21 Nacional, que se refere a adaptação da Agenda 21 para a realidade brasileira (Padilha & Verschoore, 2013).

Percebe-se que os governantes tem um papel determinante para a efetivação das ações sustentáveis, sendo visto que é o governo que cria as políticas públicas. Assim, o interesse público é determinante para que as leis de proteção do meio ambiente sejam respeitadas e que a consciencia ambiental seja desenvolvida junto a toda a população, tanto urbana, quanto rural.

5. CONCLUSÕES

Os municípios e seus entornos se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento sustentável e apresentam dificuldades em diferentes dimensões. O ambiente rural, atualmente, se mostra complexo e multifuncional, sendo que cada tipo de comunidade (assentamentos, quilombos, comunidades ribeirinhas, distritos municipais, etc.) apresenta aspectos sociais, ambientais e econômicos próprios, em decorrência das diferentes atividades econômicas desenvolvidas e da estrutura social e política.

A partir dos estudos analisados verificou-se que a efetivação da sustentabilidade nas comunidades rurais está atrelada à várias questões próprias da comunidade em si. Desta forma, compreende-se que é necessário estudar cada local, analisando suas peculiaridades, para então desenvolver políticas públicas voltadas a solução dos problemas verificados nas dimensões de desenvolvimento sustentável. Além disso, pode-se perceber que os indivíduos que moram nestas comunidades, por vezes, não compreendem a importância de cuidar do meio ambiente e por isso, não praticam várias ações ambientais. Deste modo, também se faz necessário desenvolver projetos de conscientização junto aos moradores destas localidades.

Portanto, o ponto de partida para se alcançar o desenvolvimento sustentável é o estabelecimento de políticas públicas efetivas e de uma gestão participativa, buscando criar as estruturas necessárias para que as ações ambientais e sociais sejam realizadas. Sendo assim, o interesse público é determinante para que as leis de proteção do meio ambiente sejam criadas e respeitadas e que a consciência ambiental dos cidadãos seja desenvolvida em todas as localidades.

Verificou-se que grande parte dos estudos são qualitativos, com o uso da observação ou entrevistas. Assim, sugere-se uma ampliação nos estudos de caráter quantitativo, a fim de disponibilizar mais informações que facilitem a tomada de decisão acerca das políticas governamentais a serem desenvolvidas para efetivação da sustentabilidade.

REFERENCIAS

Abrantes, K. K. J. *Caminhos estratégicos para o desenvolvimento rural sustentável: uma análise da dinâmica sociotécnica dos quintais produtivos*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

Alves, G. F.; Macêdo, N. M. M. N. Responsabilidade social empresarial: a percepção de estudantes universitários da UFPB. *In: Anais do X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. 2013.

Andrade, B. S.; Ferreira, P. H. S. A influência do marketing ambiental no comportamento de compra do consumidor – um estudo mercadológico dos consumidores de Patos de Minas – MG. *Revista Perquirere*, 12 (1), 01-16, 2015.

Araújo, A. D. *Análise sobre desenvolvimento local sustentável: um estudo sobre as ações de melhoria comunitária na comunidade de Varjada/PE*. Recife, Dissertação (Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011.

Azevedo, L. V.; Netto, T. A. Agroecologia: o “caminho” para o desenvolvimento rural sustentável no processo de extensão rural. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, 19 (3), 639-645, 2015.

Amorim, C. D. Mello, A. A.; Curado, F. F.; Oliveira, D. M. Índice de sustentabilidade do município de barra do Choça-BA. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 36, 135-147, 2016.

Andrade, M. O. Machado, A. A.; Costa, I. M.; Espínola, R. S. Território e comunidades étnicas/locais: entre pressões de grandes empreendimentos e o acesso a políticas públicas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 33, 149–162, 2015.

Barbosa, M. F. N.; Rodrigues, D. G.; Barbosa, E. M. Práticas Socioambientais nas Empresas do Município de Sousa , PB: Contribuições ao Desenvolvimento Local Sustentável. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 3, 103–124, 2013.

Bezerra, F. S. B. França, L. S.; Oliveira, C. P.; Menezes, L. C. Qualidade De Vida E Percepção Ambiental Dos Moradores De Uma Comunidade Rural De Mossoró, RN. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 39–44, 2009.

Deus, R. M. Vieira, K. R. O.; Franzao, D. A.; Mariano, E. B. Indicadores Múltiplos de Sustentabilidade: Barreiras, Motivadores e Desafios para o Desenvolvimento Humano. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 7 (1), 49–64, 2017.

Dri, R. *Caracterização do desenvolvimento rural sustentável em assentamentos de base agroecológica na região Oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon, Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Zootecnia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2016.

Feijão, F. R.; Rivas, A. A. Análise Comparativa entre Indicadores de Avaliação do Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Ribeirinhas no Estado do Amazonas. *Revista Agroambiental*, 2011.

Feitosa, M. J. S.; Gómez, C. R. P.; Cândido, G. A. Pegada Ecológica Municipal: Uma análise da (in)sustentabilidade ambiental dos municípios de João Pessoa e Campina Grande. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 3 (3), 49–65, 2013.

Gabriel, C. *O desenvolvimento rural sustentável no contexto do Programa Cultivando Água Boa: o caso dos produtores de leite no Condomínio de Agroenergia da Linha Ajuricaba*. Marechal Cândido Rondon, Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

Guimarães, R.; Fontoura, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. *Caderno EBAPE.BR*, 10 (3), 508–532, 2012.

Granziera, M. M.; Saes, M. S. M. Um Estudo da Contribuição da Agricultura Multifuncional para o Desenvolvimento Rural Sustentável. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 3 (1) 60-70, 2014.

Huertas, D. M. Fluidez territorial nas áreas de expansão da fronteira agrícola no período da globalização. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 34, 178–194, 2013.

Januário, M.; Macedo, F. R. M. Estudo do comportamento ambiental da população de wenceslau Braz/PR em relação aos resíduos sólidos urbanos. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 3, 71–87, 2014.

Jesus, M. P. Henriques, P. D.; Laranjeira, P.; Narciso, V.; Carvalho, M. L. S. A agricultura itinerante no distrito de Bobonaro em Timor-Leste. *Revista em Agronegocio e Meio Ambiente*, 8 (1), 193–215, 2015.

Kauark, F., Manhães, F. C. & Medeiros C. H. Metodologia da pesquisa: guia prático. Itabuna, Via Litterarum, 2010.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2003.

Leandro, Luiz Alberto Gomes, C. M.; Castro, K. N. V.; Castro, E. M. N. V. O Futuro da Gestão Socioambiental: Uma Análise Crítica Sobre a Crise Ambiental Brasileira. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS*, 4 (2), 144–162, 2015.

Lovatto, P. B.; Etges, V. E.; Karnopp, E. A natureza na percepção dos agricultores familiares do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil: algumas perspectivas para o Desenvolvimento Regional Sustentável. *Redes*, 13, (1), 225–249, 2008.

Luca, F. V.; Kubo, R. R. Meios de vida rurais sustentáveis em um contexto de agricultura de pouso associada à produção de carvão vegetal em comunidades rurais de Biguaçu/SC. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35, 367–383, 2015.

Macedo, L. O.B. et al. Avaliação da Sustentabilidade dos Municípios do Estado de Mato Grosso Mediante o Emprego do Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSMM). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 12, (3) 323–345, 2016.

Machado, F. S. Desenvolvimento rural e reestruturação espacial na interação rural-urbana: considerações teóricas. *Geográficas*, 8 (2), 122-130, 2012.

Mendes, J. N. S. ; Oliveira, V. M.; Correia, S. É. N.; Gomez, C. R. P. Consumo e sustentabilidade: um levantamento das práticas cotidianas de consumidores na cidade de Campina Grande-PB. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 5 (1), 21–38, 2016.

Montes, S. R.; SOARES, B. R. O distrito como unidade de organização do território rural e urbano: o exemplo de Tapuirama (Uberlândia – MG). *In: Anais do II encontro de grupos de pesquisa*, Uberlândia, MG Brasil. 2006.

Nascimento, D. T.; Bursztyn, M. A. A. Análise de conflitos socioambientais: o caso da comunidade rural de Rio Maior, município de Urussanga, Santa Catarina. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 9 (2), 157–190, 2012.

Oliveira, B. M. Gomes, S. C.; Tobias, M. S.; Cabral, E. R.; Oliveira, F.; Duarte, A. L. Mobilidade urbana e desigualdade social: um estudo dos deslocamentos na cidade de Santarém-PA. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 1 (2), 79–91, 2012.

Oliveira, E.; Alves, C. E.; Douhi, N. Análise da satisfação dos moradores em relação à coleta de lixo na comunidade rural de terra nova do PIQUIRI - PR. *Revista Verde Mossoró*, 7 (4), 64–72, 2012.

Oliveira, C. T.; Rodrigues, C. M. T. Sistema de coleta de resíduos orgânicos em nível comunitário em um país em desenvolvimento. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 7 (2), 152–169, 2017.

Padilha, L. G. O.; Verschoore, J. R. S. Green Governance: a proposição de construtos de governança coletiva para o desenvolvimento sustentável local. *Ambiente & Sociedade*, 16 (2), 153–174, 2013.

Pereira, A. W. R. Nunes, E. N.; Pontes, F. S. T.; Barbosa, M. F. N. Transferência de Gestão da Irrigação: Um Estudo no Perímetro Irrigado de São Gonçalo. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 5, 85–103, 2015.

Pereira, M. C. G.; Teodósio, A. S. S. Construção Social do Meio Ambiente e da Cidadania: Um Estudo de Caso sobre o Assentamento Dom Orione em Betim (MG). *Revista Alcance*, 19, 1–16, 2009.

Pereira, S. S.; Curi, R. C. Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações Teóricas sobre o Despertar da Consciência Ambiental. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 2 (4), 35–57, 2012.

Pinto, G. J. *Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte*. Uberlândia, Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. 2003.

Resque, A. G. L.; Nogueira, A. C. N.; Silva, L. M. S. Intervenção nos agroecossistemas e desenvolvimento sustentável em comunidade de várzea localizada no município de Cametá/PA. *Cadernos de Agroecologia*, 10 (3), 2015.

Rissato, D.; Santos, L. S.; Nazzari, R. K. A gestão de resíduos sólidos urbanos: um relato sobre a experiência do município de Cascavel no período de 1990 a 2007. *Revista Capital Científico*, 8, (1), 2010.

Santos, R. I. Movimento: o caso de Vitória do Xingu (PA). *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 2 (1), 23–43, 2013.

Silva, R. R. *Memórias, imagens e experiências: o município de Uberlândia a partir de seus distritos, MG (1980-2012)*. Tese (Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. 2017.

Silva, J. I. A. O. Reflexões teóricas acerca da "crise ambiental": possibilidades de novas orientações para as políticas públicas ambientais. *Ciências Sociais Unisinos*, 52 (2), 205–213, 2016.

Silva, V. C. S.; Vieira, I. C. G. Barômetro da Sustentabilidade aplicado a assentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 36, 201–221, 2016.

Silva, V. R.; Silva, M. M.; Pereira, M. C. B. Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35, 349–366, 2015.

Vanin, F. S. O município ambientalmente sustentável: a responsabilidade dos governos locais na formulação e implementação de políticas públicas de planejamento da ocupação urbana. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 2 (1), 2012.

Vasconcelos, A. C. F.; Andrade, E. O.; Cândido, G. A. Indicadores de sustentabilidade e suas influências no desenvolvimento local: uma aplicação em região produtora de mamona no estado da Bahia. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 3 (1), 105–120, 2009.

Vasconcelos, A. C. F.; Cândido, G. A. Índice de desenvolvimento sustentável municipal participativo: uma aplicação no município de Cabaceiras - PB Municipal. *Revista Capital Científico*, vol. 9, 2012.

Venâncio, M.; Pessoa, V. L. S. As políticas de desenvolvimento de comunidades rurais no Brasil: a (re)organização do território rural no município de Catalão (GO). *Espaço em Revista*, 10 (1), 2008.

Vieira, P. H. F. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 10 (2), 119–141, 2013.